



PODCAST DO CORREIO

O presidente da Fundação Palmares, João Jorge dos Santos, falou das mudanças promovidas na instituição. Ele também prestou homenagem à mãe Bernadete, ialorixá, liderança quilombola, que foi assassinada no ano passado, na Bahia

“A intolerância, no Brasil, destrói o Brasil”

» JULIANA SOUSA*

A Fundação Palmares completa, hoje, 36 anos. Originalmente vinculada ao Ministério da Cultura, aberta para promover e preservar os valores da cultura africana e negra no Brasil, a instituição passou por crises e debates ideológicos nos últimos anos. O presidente da entidade, João Jorge Santos, em entrevista ao Podcast do Correio de ontem, contou sobre a reestruturação da fundação, as leis raciais no Brasil e as metas para o futuro do quilombo brasileiro.

Empossado no final de abril do ano passado, João Jorge Santos é advogado e mestre em Direito pela UnB. Nascido em Salvador, ele é um dos fundadores do movimento Olodum. Na fundação, o ativista sucede Sérgio Camargo, que assumiu a presidência da fundação durante o governo Bolsonaro. Sérgio, que se apresenta como “negro de direita, antivitimista e inimigo do politicamente correto”, ficou conhecido por envolver a entidade em diversas polêmicas, como a censura de acervos da instituição, perseguição de colegas de trabalho e repressão a movimentos sociais. Na entrevista às jornalistas Rosane Garcia e Mariana Niederauer, João Jorge detalhou os planos para a reestruturação da instituição.



Nós podemos avançar, o país precisa avançar e a Palmares é um espelho. Se a Palmares avançar, o país avança.”

João Jorge Santos, presidente da Fundação Palmares

“Havia uma demanda de retornar personalidades para o site do Palmares. Eram 109 personalidades que foram banidas, como Leci Brandão, Martinho da Vila, Margareth Menezes, Alcione, nós reformamos isso. Nós criamos um comitê e este comitê indicou 359 nomes, entre homens e mulheres, para fazer parte deste site e vai ter uma paridade entre homens e mulheres. Isso é uma coisa muito boa, porque os brasileiros vivos e os que não estão mais vivos fazem muito pelo nosso país e tiveram o reconhecimento na internet, não pode ser motivo de banimento. Nós tínhamos a biblioteca Oliver Silveira que, por pouco, não foi destruída. Foram separados mais de 5.000 livros para serem doados, livros que falavam dos orixás, da revolução de países africanos como Angola e Moçambique. Agora, a biblioteca ganhou um novo espaço e vai ser motivo de pesquisa e visita.”

Santos faz referência à retirada do perfil de diversas personalidades do site oficial da fundação. O ex-presidente tentou também minar a biblioteca da fundação, retirando quase metade dos volumes por debates ideológicos. Para ele, os exemplares não tinham ligação com a temática negra.

João Jorge defende que o avanço da fundação está atrelado ao avanço da

Reprodução/CB



Convidado do Podcast do Correio, João Jorge fala sobre a atuação do governo federal no combate ao racismo no Brasil

sociedade brasileira como um todo, principalmente em questões raciais. O advogado, que descreveu a instituição como “casa de acolhimento”, ressaltou a necessidade de mudança.

“Nós podemos avançar, o país precisa avançar e a Palmares é um espelho. Se a Palmares avançar, o país avança. Se a Palmares avançar, o Ministério da Cultura avança. A população negra vai ter

uma casa, a casa Palmares é uma casa de acolhimento.”

O atual presidente fez menção também à morte da quilombola Bernadete Pacífico, matriarca do quilombo Pitanga dos Palmares e mais conhecida como Mãe Bernardete. A líder foi morta a tiros em Simões Filho (BA) com 72 anos. Três pessoas foram presas, acusadas de praticar o crime.

“Isso mostra como a agressividade chega. Ela não é algo ‘ah eu não gosto de você’, ela é invadir a casa de uma senhora de 72 anos e, diante do neto dela, apagá-la, por que ela brigava pela cultura pela realidade das terras, que deveriam estar com ela desde 2007. A intolerância, no Brasil, destrói o Brasil.”

*Estagiária sob a supervisão de Edla Lula

AMAZÔNIA

Comitê vai buscar soluções para queimadas

» HENRIQUE LESSA

As regiões da Amazônia e do Pantanal vivem a pior seca da história, com as populações enfrentando uma situação de calamidade, com a crise hídrica que intensifica as queimadas ilegais. Para enfrentar o problema, o governo federal realizou, ontem, no Palácio do Planalto, uma reunião com os estados das duas regiões, para coordenar esforços no enfrentamento da crise.

“O que está acontecendo hoje na Amazônia é assustador, as cidades, que a maior parte se acessa pelos rios, hoje estão impedidas de receber até combustível pela redução do calado dos rios”, relatou o governador do Maranhão, Carlos Brandão, ao informar que a região amazônica vive hoje a pior crise hídrica da história.

Para o governador do Amazonas, Wilson Lima, a seca no Norte deve se agravar nos próximos anos em função das mudanças climáticas. “No ano passado, tivemos a maior seca de todos os tempos no Amazonas. Esse ano deve ser ainda mais complicada e prolongada, com menos chuvas. Precisamos agora preparar as cidades para a resiliência para enfrentar as mudanças climáticas”, apontou o chefe do executivo amazonense.

Um dos pedidos do governo Lula para os governadores é para que todos os estados determinem o cancelamento de qualquer autorização para o uso do fogo. Segundo a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, os estados do Acre, Amapá, Pará, Rondônia e Roraima ainda não proibiram totalmente a prática.

A ministra destacou que o governo federal é responsável por apenas 60% da área e os outros 40% são responsabilidades dos estados, mas destacou que o governo trabalhou com planejamento para dar respostas à crise. “O governo federal está em um esforço para além do

que é a sua atribuição e haverá investigação da Polícia Federal, como já está acontecendo no Mato Grosso, porque não pode mais acontecer, pois tem pessoas que, mesmo com a proibição, estão ateando fogo”, disse Marina.

Questionada por jornalistas, ela negou que o planejamento tenha subestimado o agravamento das mudanças climáticas e apontou que o governo federal está atuando com medidas para diminuir a crise com brigadistas e com instrumentos para contratar mais equipes para combater os fogos.

O presidente do Ibama, Rodrigo Agostinho, disse ao **Correio**, que os números deste ano ainda estão impactados pelos incêndios recordes de janeiro em Roraima, que, acima da linha do equador, tem o ciclo das secas em janeiro. Segundo Agostinho, os números dados se referem aos focos de incêndios, mas acredita que é necessário mudar a medição para a área queimada. “A medição é feita por fontes de calor, às vezes um incêndio tem 100 ou 200 fontes de calor. Estamos trabalhando para aprimorar esses dados”, destaca.

O encontro, que teve como uma das propostas a criação de um comitê conjunto permanente, contou com a presença de 5 governadores e ministros do governo Lula envolvidos com a questão.

Com a seca nos rios amazônicos, o alastramento do fogo, causado principalmente pelo desmatamento ilegal, tem crescido e a fumaça dos incêndios já está atingindo onze estados com a fumaça, em função dos ventos, chegando até mesmo aos estados da região Sul. A Amazônia registrou esse ano, de janeiro até agosto, segundo os dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), o maior número de focos de queimadas dos últimos 14 anos, com um total de 43.948 focos de incêndios.

Ricardo Stuckert / PR; RICARDO STUCKERT



Em cerimônia no Palácio do Planalto, os presidentes dos Três Poderes demonstram unidade, após semana de crise institucional

Poderes em trégua pela ecologia

» VICTOR CORREIA

Os presidentes dos Três Poderes assinaram ontem o Pacto para a Transição Ecológica, uma série de compromissos que visa colocar o Brasil como líder mundial em desenvolvimento sustentável. O documento foi chancelado pelo presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, pelo presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Luís Roberto Barroso, e pelos presidentes do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), e da Câmara, Arthur Lira (PP-AL).

Chama atenção a união dos Três Poderes justamente após crise envolvendo a judicialização das emendas parlamentares — Lira chegou a ameaçar pautar projetos que reduzem o poder dos ministros do Supremo. Nesta semana, porém, o clima parece ter arrefecido após acordo na terça-feira que criou limites para o pagamento das emendas.

Em seu discurso, o presidente Lula

deu destaque justamente a essa aparente união institucional. “A minha alegria aqui hoje (ontem), ministro Barroso, senador Pacheco, deputado Lira, é dizer para vocês que estou plenamente satisfeito, porque juntar os Três Poderes aqui, que já tínhamos juntado quando houve o golpe de 8 de janeiro, demonstra com muita clareza que o Brasil voltou à normalidade civilizatória”, disse o petista.

Foi a primeira vez que os Três Poderes se uniram em torno da agenda ambiental e climática. O pacto quer fortalecer a posição do Brasil no cenário internacional como protagonista global no campo da segurança ambiental, climática e alimentar, considerando a biodiversidade, recursos naturais e produção agrícola do país.

Ao todo, são 26 medidas, e cada um dos Poderes terá suas responsabilidades individuais e coletivas. “Nós vamos priorizar as ações ambientais, as ações

fundiárias, e vamos desenvolver um grande programa de descarbonização do Judiciário”, destacou Barroso. Dirigindo-se a Lula ele disse: “É um passo para o senhor, em nome do Brasil, liderar esse grande processo global de transformação ecológica que o mundo precisa”. O magistrado também expôs que a assinatura do acordo representa uma vitória contra o negacionismo, e alertou que é preciso pensar as ações de combate às mudanças climáticas no longo prazo.

“O impacto dos comportamentos de hoje só vão se produzir daqui a 10, 20, 30 anos e, às vezes, faltam incentivos à política para atuar, porque a política se move a ciclos de menor prazo do que o impacto ambiental que se produz”, declarou o presidente do STF. Os três Poderes também deverão adotar medidas para reduzir o impacto das atividades sobre o meio ambiente, como o descarte adequado de resíduos e eficiência energética.